



Instituto Floresta Viva - Nossa história

O Instituto Floresta Viva (IFV) foi criado em 2003, mas a sua história começou alguns anos antes. Em 1996, a equipe do IESB (Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia) se mobilizou para minimizar os impactos da nova estrada entre Ilhéus-Itacaré, que seria pavimentada no ano seguinte entre florestas com árvores centenárias, rios preservados e comunidades rurais produtoras de mandioca e madeiras. Desde então, uma série de acontecimentos explica a trajetória do Floresta Viva.

Alguns marcos legais criaram as condições que tornaram este grupo forte o suficiente para interferir na obra. O primeiro deles é a Constituição de 1988, que marca a redemocratização do Brasil. Seu texto concedeu amplo poder aos cidadãos na defesa do meio ambiente e deu à Mata Atlântica o *status* de bioma de interesse nacional.

Outro marco: um ano após a Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, o então presidente Itamar Franco assinou o Decreto Federal 750, que estabelecia princípios e normas de proteção da Mata Atlântica (aprimorado como Lei da Mata Atlântica pelo Congresso Nacional, 13 anos depois). Também, em 1993, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa de Itacaré-Serra Grande.

Naquele mesmo ano, a Ceplac (Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira) e o Jardim Botânico de Nova York publicaram uma pesquisa, destacando a incrível marca de 456 espécies de árvores encontradas em um hectare de área preservada ao lado de Serra Grande, distrito costeiro do município de Uruçuca. O recorde posicionou o Sul da Bahia como uma das mais importantes regiões do planeta em "concentração de biodiversidade".

Em 1997, com o começo das obras da estrada, os mesmos ambientalistas do IESB lideraram a criação e o desenho do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC).

Essa equipe entendeu que a rodovia - financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - poderia ser uma ameaça ou uma grande oportunidade para criar um novo conceito de economia aliada à preservação e ao desenvolvimento local: uma economia da floresta capaz de promover prosperidade para seus habitantes.

“Pedimos um cuidado especial para a conservação ambiental dessa região e a população, que queria muito a estrada, achou que iríamos impedir a obra. O divisor de águas foi a audiência para a apresentação dos resultados do estudo de impacto ambiental, quando declaramos nosso apoio à rodovia, desde que feita da forma correta. Foi aí que os moradores perceberam que qualidade de vida e ecologia poderiam caminhar juntas.”

Rui Rocha, presidente do IFV

A equipe do IESB influenciou, assim, o traçado e a forma de construção dos 65 quilômetros da rodovia Ilhéus-Itacaré e a criação quase simultânea do Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), ao lado da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa de Itacaré-Serra Grande, fortalecendo uma nova cultura de produtos e serviços associados à conservação ambiental.

Entre 1999 e 2000, o IESB executou o Programa de Educação Ambiental e Turismo da APA Costa de Itacaré-Serra Grande, com o intuito de informar os moradores dos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus sobre a existência da Área de Proteção Ambiental.

Um amplo esforço de comunicação - que incluía jornais mensais, cinema na praça e cartilhas para estudantes e professores - foi implementado naqueles municípios.

Criou-se também o Conselho Gestor da APA, primeiro do tipo na região Nordeste, marcando o início de um processo de participação social mais qualificado em políticas públicas. Algumas conquistas foram a implementação da estação de tratamento de esgoto na APA e a elaboração dos Planos Diretores da cidade de Itacaré e da vila de Serra Grande.

No ano 2000, o IESB criou o Projeto Floresta Viva. Com o apoio do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e da Fundação Ford, a iniciativa concentrou-se no trabalho de orientação técnica em agroecologia e ecoturismo para cerca de 60 famílias de agricultores impactadas pelas novas regras de meio ambiente vigentes na região.

Na época, práticas agrícolas sustentáveis eram pouco difundidas e prevalecia a tradição de queimar o terreno para “limpar” o solo antes do plantio. Além disso, muitos viviam da derrubada e venda de árvores da floresta remanescente de Mata Atlântica. Como ambas as atividades eram proibidas pela nova legislação ambiental e havia maior fiscalização, os agricultores precisavam descobrir formas alternativas de sobrevivência. Muitos estavam endividados junto aos bancos de desenvolvimento - que, por sua vez, facilitavam o acesso ao crédito, mas falhavam ao não garantir assistência técnica aos produtores.

O Projeto Floresta Viva trouxe como diferenciais, nesse cenário, o diálogo permanente e a busca de soluções conjuntas e adequadas para o agricultor, a comunidade e o ambiente. Foi necessário investir em longas conversas para construir vínculos de confiança com as comunidades locais.

O engenheiro florestal Salvador Ribeiro coordenou o Projeto nesse período e sua atuação foi fundamental para a consolidação de um novo olhar sobre os agricultores, que passaram a ser vistos como aliados para a preservação da floresta.

“Havia na região um conflito de interesses que necessitava de uma compreensão mais profunda para ser dissolvido. De um lado, a necessidade de proteger as florestas que guardam uma das maiores biodiversidades do planeta; do outro, agricultores tradicionais/familiares, vivendo em condições precárias, com poucas alternativas econômicas, que buscavam a sobrevivência no corte e queima da floresta, para implantar roçados de subsistência. A solução era transformar os agricultores - agentes da degradação das florestas e dos recursos naturais - em protagonistas da conservação. O caminho para isso foi criar novas alternativas econômicas vinculadas à floresta e a sua conservação, e estabelecer um vínculo afetivo mais profundo em os agricultores e suas florestas.”

Salvador Ribeiro, engenheiro florestal

A experiência foi tão transformadora, que muitos lembram com detalhes das estratégias e seus impactos.

“Trouxemos coisas novas como a produção de mudas, a venda de sementes e a produção de hortaliças como alternativas de geração de renda. Também criamos um programa de Pagamento por Serviços Ambientais, em que o agricultor recebia meio salário mínimo para não desmatar. Foi uma grande mudança.”

Célio Haroldo, técnico do Viveiro

Merece destaque também o depoimento de Maria Regina Santos, importante liderança da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Serra Grande e mãe de Nilson Santos, da equipe do Instituto Floresta Viva:

"Havia apenas quatro paredes no início [da Associação], construídas com o suor dos agricultores. Um certo dia, bateram na nossa porta Rui e Salvador, com mochila nas costas. Era dia de reunião, foram acolhidos por nós, conheceram a nossa história. Ajudaram a escrever um projeto de produção de hortaliças que veio em boa hora, porque não estávamos preparados para a chegada da Unidade de Conservação. Conseguimos fazer dessa casa um lugar bonito. A minha família inteira participou dessa construção. Eu faço tudo para manter isso de pé."

Maria Regina Santos, agricultora

Atualmente, a Associação é parceira do curso de mestrado profissional do Instituto de Pesquisas Ecológicas (<http://escas.org.br/mestrado>), que, desde 2009, realiza suas aulas na sede.

O trabalho ganhou corpo, os resultados não tardaram a aparecer e o Projeto transformou-se em uma nova instituição, apostando na restauração da floresta e na reconciliação do homem com a natureza. Desta forma, o agora Instituto Floresta Viva seguiu atuando especialmente no território da Serra do Conduru, no Sul da Bahia, enquanto o IESB investia em uma agenda de pesquisas crescentes em conservação da biodiversidade.

Em 2002, o Projeto Floresta Viva foi reconhecido como uma das melhores iniciativas brasileiras em desenvolvimento local sustentável, por meio do Prêmio Experiências Sociais Inovadoras, do Banco Mundial. No ano seguinte, recebeu os prêmios FERFA/CRA e Super Ecologia, da Revista Superinteressante.

Os agricultores participaram do processo que resultou na criação do Instituto Floresta Viva. O pai de Renata Santos de Oliveira, que hoje trabalha no Viveiro, era um deles.

Desde o início, Reinan Trindade de Oliveira era um entusiasta das mudanças propostas. Ele rapidamente compreendeu os benefícios de mudar a lógica do corta-queima e transmitiu isso aos filhos que, como Renata, seguem sendo defensores de uma relação sustentável com a natureza.

“Aqui, era comum ver árvores gigantescas derrubadas. Se a gente tivesse continuado como estava antes, não teríamos mais nem nascente, nem mais nada.”

Renata Oliveira, viveirista

Já naquela época, o IFV foi pioneiro ao propor uma visão focada em gestão de paisagem, seguindo na defesa do convívio entre a preservação ambiental e a economia da floresta. Hoje, o Floresta Viva é, reconhecidamente, um centro de produção de conhecimento e disseminação de informações sobre a Mata Atlântica, espécies nativas e aspectos relacionados à sua preservação.

Isso tem a ver com a origem do grupo, formado ainda no IESB e em uma agenda inovadora de conservação da natureza, com a sociedade. As lideranças do Floresta Viva possuem um considerável currículo na área de ensino e pesquisa em diferentes áreas e universidades. Foi assim que a organização se tornou uma referência para professores, pesquisadores e estudantes, que contam com o IFV como um espaço de aprendizado, extensão e pesquisa universitária.

Em 2009, seis anos após sua fundação, o Instituto passou a integrar o [Pacto pela Restauração da Mata Atlântica](http://www.pactomataatlantica.org.br) (www.pactomataatlantica.org.br), em parceria com a [Fundação SOS Mata Atlântica](http://www.sosma.org.br) (www.sosma.org.br) e, no mesmo ano, construiu o Viveiro,

principal espaço de convivência da equipe do Instituto, parceiros e visitantes.

Ao longo dos anos, a organização liderou iniciativas fundamentais para a região, como a restauração de áreas degradadas em parceria com órgãos públicos, empresas e entidades civis, a identificação e formalização de cinco núcleos quilombolas, a revisão do Plano Diretor do distrito de Serra Grande e uma campanha pública sobre os impactos socioambientais do projeto Porto Sul.

Leia uma entrevista de Rui Rocha relatando os impactos negativos da possível construção do Porto Sul, que ameaça o patrimônio natural do Sul da Bahia neste link: <http://gyces.com.br/bahia-instituto-floresta-viva-denuncia-o-lado-b-do-porto-sul-entrevista-rui-barbosa-da-rocha-secretario-executivo-do-instituto-floresta-viva-e-professor-da-univ-est-de-santa-cruz-uesc?locale=pt-br>.

Veja, também, as reflexões sobre esse tema feitas por Rui no programa Jô Soares: www.youtube.com/watch?v=bPOMSOcRY5c.

Com isso, o IFV tem sua imagem relacionada à intensa atuação cidadã, engajada em participar e influir positivamente nas políticas públicas e produção de conhecimento sobre a importância da natureza regional.

“O IFV tem sido importante para promover o capital social na região. A partir do nosso trabalho, direta ou indiretamente, temos atraído e cooperado com uma série de organizações locais e regionais, eventos, iniciativas e movimentos. Este é o nosso maior legado, em longo prazo, junto com a causa da conservação da natureza.”

Rui Rocha